

É RAZOÁVEL PERGUNTAR QUAL SERÁ RETRAÇÃO DAS COMPRAS EXTERNAS, SE PAÍS CRESCER 2%, COMO DIZ O GOVERNO

RIBAMAR OLIVEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Aos correspondentes estrangeiros, na semana passada, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, disse que o objetivo do governo é reduzir o déficit em conta corrente dos atuais 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) para algo em torno de 2,4% no ano que vem. Ele só não disse como será feito esse milagre, pois o governo garante que não haverá recessão (ao contrário, a previsão oficial é de que a economia crescerá 2% em 1998) nem maxidesvalorização cambial.

As transações correntes (ou conta corrente) do balanço de pagamentos correspondem ao resultado da balança comercial (exportações me-

**Economistas acham
que reversão na
balança comercial
só poderá ser
obtida numa forte
recessão**

nos importações), somado ao resultado da conta serviço (pagamento de juros da dívida externa, royalties, remessas de lucro e dividendos, viagens internacionais, entre outros), menos as transferências unilaterais (os recursos mandados para o país por cidadãos que trabalham no exterior, por exemplo). Apresentar déficit em transações correntes significa que o país gasta além de suas possibilidades. E, por isso, necessita de poupança externa para financiar esse excesso de gasto.

Em 1997, o comércio exterior brasileiro deve registrar um déficit em torno de US\$ 9 bilhões. Talvez um pouquinho abaixo disso. A conta de serviços é historicamente deficitária porque nela estão computados os gastos com o pagamento dos juros da dívida externa. Estima-se que essa conta apresentará um déficit em torno de US\$ 27 bilhões



este ano. As transferências unilaterais do balanço de pagamentos do Brasil são tradicionalmente superavitárias. Este ano estima-se um resultado positivo em torno de US\$ 2 bilhões, principalmente por causa das reme-

sas dos dekasseguis (brasileiros que trabalham no Japão e mandam dinheiro para sua família que ficou aqui).

O resultado negativo das transações correntes este ano ficará em torno de US\$ 34 bilhões (chegase a esse valor somando US\$ 9 bilhões com US\$ 27 bilhões menos US\$ 2 bilhões). Na melhor das hipóteses, esse valor poderá ficar em US\$ 32 bilhões, como resultado das últimas medidas do governo. O déficit em conta corrente teria de ficar em torno de US\$ 19 bilhões no ano que vem, se o governo realmente decidisse cumprir a meta fixada pelo presidente do BC de 2,4% do PIB. O valor considera um leve crescimento do Produto Interno Bruto.

Para reduzir o déficit, a rigor, o governo tem margem para atuar na balança comercial e em alguns itens da conta de serviços, pois não pode obrigar os dekasseguis a mandar mais dinheiro para cá. No comércio, o gover-

no poderá reduzir drasticamente o déficit, com diminuição das importações e aumento das exportações. Não vamos discutir aqui se é possível realizar esse último desafio (aumentar as exportações em ritmo acelerado) porque isso envolve debater a questão cambial que, no Brasil, ganhou conotações ideológicas. Abaixo da linha do Equador a política cambial virou tabu. Pelo menos na parte ocidental. Mas é bom lembrar que o desempenho das exportações brasileiras poderá ser afetado pela forte desvalorização das moedas dos países da Ásia, que poderão deslocar exportações de outros países.

Restará ao País reduzir suas compras externas. Sem desvalorização cambial e sem entraves maiores de natureza tarifária ou burocrática, a redução das importações ficará condicionada ao desempenho da atividade econômica. É evidente que, se o País entrar numa recessão, as importações se retrairão, e a tendência será de que o excedente da produção interna seja direcionado ao mercado externo. É razoável perguntar qual será a retração das compras externas, se o Brasil realmente crescer 2% em 1998, como diz o governo.

Na conta de serviços, o governo poderá reduzir as despesas com viagens internacionais, que

este ano ficarão em torno de US\$ 4,5 bilhões, e os gastos com transporte e frete. Não existe margem para mexer nas outras despesas dessa conta, por exemplo, no montante de pagamento de juros da dívida.

Para reduzir o déficit em conta corrente, resta ao governo, principalmente, a alternativa de promover uma reversão na balança comercial. Em vez de déficit, obter um superávit. Mas alguns economistas acham que essa virada só poderá ser obtida com uma recessão e talvez numa forte recessão. Nem sempre a recessão é uma iniciativa soberana de um governo. Mesmo porque seria um contra-senso um governo punir seu povo com mais desemprego e redução do poder de compra sem necessidade. Algumas vezes, a recessão é imposta pela diminuição das fontes de financiamentos externos. A tempestade que se abateu sobre o mundo, depois da queda da Bolsa de Hong Kong, indicou com clareza que os investidores ficaram mais temerosos com países que apresentem elevado déficit em conta corrente. Este foi o principal recado. Por isso, é provável que o fluxo de recursos para os chamados países emergentes diminua.

A disponibilidade de recursos externos para o Brasil é que vai ditar o ritmo da atividade econômica no próximo ano. E não o desejo ou a vontade política do governo. Se as torneiras dos investidores forem fechadas com maior força, a recessão será inevitável. Mas se o mercado internacional, passada a tempestade da Ásia, voltar à normalidade, talvez o País consiga até mesmo crescer um pouquinho no próximo ano. Neste último cenário, a redução do déficit em conta corrente poderá ser feita de forma mais suave.